



**SENADO FEDERAL**  
Secretaria de Polícia do Senado Federal

## SUMÁRIO

1. Objeto da contratação .....	2
2. Dispensa do Estudo Técnico Preliminar .....	5
3. Forma de contratação .....	6
4. Requisitos do fornecedor .....	9
5. Formalização, prazo de vigência do contrato e possibilidade de prorrogação .....	10
6. Modelo de gestão .....	10
7. Prazo para início da execução ou entrega do objeto .....	11
8. Obrigações do Fornecedor Beneficiário .....	11
9. Regime de execução .....	12
10. Condições de recebimento do objeto .....	14
11. Previsão de penalidade por descumprimento contratual.....	14
12. Previsão de adoção de Instrumento de Medição de Resultado – IMR .....	14
13. Forma de pagamento.....	14
14. Condições de reajuste .....	15
15. Garantia contratual.....	15
16. Plano de contratações.....	15
17. Responsável pela elaboração do TR .....	15
ANEXO I .....	17
1. Especificações técnicas do objeto.....	17
2. Critérios e práticas de sustentabilidade.....	22
ANEXO II.....	23
1. Valor estimado da contratação.....	23
2. Pesquisa de preços .....	23





SENADO FEDERAL  
Secretaria de Polícia do Senado Federal

## **TERMO DE REFERÊNCIA 13/2025 - SPOL**

### **1. Objeto da contratação**

#### **1.1. Definição do objeto**

**1.1.1.** O objeto do presente Termo de Referência é a aquisição de ração seca, biscoitos e alimento úmido para cães adultos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

#### **1.2. Justificativa para a contratação**

##### **1.2.1. Descrição da situação atual**

**1.2.1.1.** A contratação do objeto do presente Termo de Referência tem por objetivo garantir alimentação do plantel de cães do Serviço de Cinotecnia do Senado Federal – SECINO.

**1.2.1.2.** Atualmente o referido serviço conta com 4 (quatro) cães policiais adultos, que pesam entre 30 (trinta) e 40 (quarenta) quilos, das raças Pastor Alemão, Pastor Belga Malinois e Pointer Inglês. Suas atuações consistem no faro de armas, munições e explosivos nas dependências do Senado Federal e suas adjacências, bem como em demais eventos em que haja a participação de parlamentares. Ainda, dão suporte à atuação policial no Controle de Distúrbios Civis.

**1.2.1.3.** A necessidade de se ter os cães à disposição da Secretaria para pronto emprego e preparados para atuação por longos períodos de tempo exige que os cães tenham rotinas de alta intensidade.

**1.2.1.4.** Para que seu desempenho seja efetivo, os cães são submetidos a adestramentos e treinamentos regulares, de modo a garantir a atuação padronizada diante de contextos estressantes e em locais com grande circulação de pessoas, barulhos, substâncias irritativas em cenários de manifestação e demais situações adversas que possam enfrentar.

**1.2.1.5.** Uma estratégia amplamente difundida na preparação dos animais é a utilização de reforço positivo. A utilização de recompensas alimentares, como biscoitos caninos, motiva os cães, tornando-os mais receptivos ao aprendizado e aumentando a eficácia de suas habilidades, o que garante maior precisão e dedicação nas atividades, uma vez que as executam com o fim de receber uma gratificação. Além de aprendizado rápido e eficaz, o uso de biscoitos resulta em melhoria na sociabilidade dos cães, promovendo bem-estar para o animal e melhor interação com os preparadores e demais públicos da Casa.

**1.2.1.6.** Ainda, faz-se necessária a garantia de uma nutrição de alta performance a fim de prover aos cães policiais alimentação capaz de garantir a manutenção de sua saúde e aptidão para o trabalho de faro e proteção. Nesse sentido, resta indispensável a aquisição de ração seca e alimento úmido. Enquanto a primeira é a base alimentar do plantel, a segunda é essencial para a recuperação física dos cães, uma vez que possui alta digestibilidade (mais fácil de digerir que o alimento seco, o que





## SENADO FEDERAL

### Secretaria de Polícia do Senado Federal

é benéfico para o cão fatigado pelo trabalho) e palatabilidade (o aroma e textura estimulam o apetite do cão em estado de convalescência), além de conferir maior hidratação, em razão da quantidade de água na sua formulação nutricional.

#### **1.2.2. Justificativa para a quantidade a ser contratada**

**1.2.2.1.** O quantitativo previsto no termo de referência para a aquisição do objeto em tela é aquele que, a partir de análise empreendida por este Órgão Técnico, reflete a necessidade da Administração, considerando que a quantidade solicitada pressupõe o pleno atendimento da demanda de consumo do próximo ano.

**1.2.2.2.** Os dados históricos de consumo indicam que cada cão do plantel consome, aproximadamente, 500 (quinhentos) gramas de ração seca por dia. Assim, sendo certo que o SECINO é composto por 4 (quatro) cães policiais, a demanda anual de consumo totaliza 730 (setecentos e trinta) quilos de ração seca.

**1.2.2.3.** Esse quantitativo, porém, não considera qualquer perda, em razão de contaminação ambiental ou outro incidente que possa vir a ocorrer no armazenamento da ração, que é um bem não durável e, portanto, mais suscetível de se tornar impróprio para consumo. Desconsidera também eventual necessidade de aumento da porção diária do cão em razão de alguma condição de saúde que exija maior aporte nutricional. Dessa forma, faz-se necessária a previsão de margem de segurança considerando essas e demais eventualidades que possam surgir. Dado que a ração é, geralmente, comercializada em sacos de 20 (vinte) quilos, este Órgão Técnico optou por solicitar aquisição com margem de 20% (vinte por cento), aproximando o resultado para a próxima centena, totalizando 900 (novecentos) quilos de ração seca.

**1.2.2.4.** Já com relação à alimentação úmida, o ideal é que, em média, seja administrada quinzenalmente 1 (um) sachê de 270 (duzentos e setenta) gramas. Esse tipo de alimento é complementar ao consumo de ração seca e a quantidade a ser ingerida varia de acordo com a necessidade de recuperação dos cães, complementação para estimular o apetite e em casos de hiporexia. Assim, cada cão poderá consumir cerca de 6,6kg (seis quilos e seiscentas gramas) de alimento úmido por ano, o que totaliza 26,4kg (vinte e seis quilos e quatrocentos gramas) para todo o plantel. Dado que o quantitativo a ser consumido é variado e só deve ser ministrado em doses maiores em casos excepcionais, bem como que esse insumo é vendido em embalagens de 270 (duzentos e cinquenta) gramas, este Órgão Técnico optou pela aproximação para um número inteiro mais próximo, o que resultou em 27 (vinte e sete) quilos.

**1.2.2.5.** Por fim, concernente à quantidade de biscoitos a ser adquirida, recomenda-se o consumo diário de até 5 (cinco) unidades por animal, que varia de acordo com a intensidade de treinamento e necessidade de estímulo dos cães. Assim, estima-se a compra de 7,5kg (sete quilos e quinhentos gramas) de biscoito por animal, resultando no montante de 30 (trinta) quilos.





**SENADO FEDERAL**  
Secretaria de Polícia do Senado Federal

**1.2.2.6.** Na tabela abaixo consta o demonstrativo de estimativa das quantidades a serem contratadas:

Itens	Consumo anual por cão	Consumo anual total (4 cães)	Quantitativo a ser adquirido (considerando variações e quantidade de insumo por embalagem)
Ração seca	182,5kg	730kg	900kg
Alimento úmido	6,8kg	27,2kg	27kg
Biscoito	7,5kg	30kg	30kg

### 1.2.3. Resultados esperados com a contratação

**1.2.3.1.** A contratação do objeto do presente Termo de Referência tem por objetivo suprir a demanda de alimentação do plantel de cães do Serviço de Cinotecnia (SECINO). Para essa finalidade, entende-se que, considerando uma perspectiva de custo x benefício, a contratação do objeto em tela é a melhor que atende à Administração, pois uma alimentação balanceada é indispensável para garantir o desempenho dos cães do Senado nos treinamentos e na atuação de faro de explosivos e suporte à SPOL no controle de distúrbios civis.

**1.2.3.2.** Considera-se, ainda, que as especificações exigidas neste Termo de Referência para o objeto da contratação são aquelas estritamente necessárias para garantir o atendimento do interesse da Administração, sem comprometer de forma injustificada a competitividade do certame, uma vez que estabelece descrições usualmente atendidas pelo mercado.

### 1.2.4. Número do contrato vigente ou vencido

**1.2.4.1.** Contratos / Atas de Registro de Preço (ARP) que serão substituídas com a contratação

Nº Contrato / ARP	Objeto	Término da vigência
ARP nº 2023/0078	Aquisição de ração canina e de petiscos para apoio à unidade de cães policiais (Projeto K9) do Senado Federal. Item 2.	18/10/2024





**SENADO FEDERAL**  
Secretaria de Polícia do Senado Federal

Nº Contrato / ARP	Objeto	Término da vigência
ARP nº 2023/0079	Aquisição de ração canina e de petiscos para apoio à unidade de cães policiais (Projeto K9) do Senado Federal. Item 1 e 3.	18/10/2024
ARP nº 2023/0080	Aquisição de ração canina e de petiscos para apoio à unidade de cães policiais (Projeto K9) do Senado Federal. Item 4 e 5.	18/10/2024

**1.2.4.1.** A diminuição substancial no quantitativo de ração seca e úmida se deve a aquisição de armários destinados ao armazenamento para o consumo de curto e médio prazo, diminuindo o risco de contaminação ambiental e desperdícios, em razão de contato de roedores com os alimentos. Sendo certo que a ração é a base da alimentação dos cães, a falta de armazenamento adequado gerava a necessidade de se garantir margem maior, a fim de que não houvesse prejuízo nutricional dos animais. Assim, optou-se, anteriormente, por aumentar o quantitativo disponível a ser acionado pela Ata de Registro de Preço, em caso de grandes contaminações.

## 2. Dispensa do Estudo Técnico Preliminar

**2.1.** O Estudo Técnico Preliminar – ETP é, em regra, obrigatório para todas as contratações pretendidas pelo Senado Federal. Entretanto, poderá ser dispensado nas hipóteses elencadas no §1º do art. 3º do Anexo II do Ato de Diretoria-Geral nº 14/2022.

**2.2.** A Secretaria de Polícia do Senado Federal conta com um serviço destinado exclusivamente à cinotecnia – SECINO, que conta com 4 (quatro) cães adultos, restando inequívoca a necessidade de alimentação dos animais, tanto para fins de subsistência quanto para a garantia de desempenho eficiente de suas funções.

**2.3.** Essa dispensa se justifica, ainda, pela padronização e histórico de consumo. A SPOL já instruiu processo de aquisição de ração – seca e úmida – e biscoitos em 2023 (NUP 00200.008341/2023-71),





## SENADO FEDERAL

### Secretaria de Polícia do Senado Federal

oportunidade em que restou constatado que a solução adotada, incluindo modelo de contratação e regime adotado, atendeu perfeitamente às necessidades da Casa.

**2.4.** Por fim, em sede da 4ª Reunião de 2025 do Comitê de Contratações, foi aprovada a Solicitação de nº 1.977, a qual solicitou a dispensa de Estudo Técnico Preliminar para a aquisição de ração para o plantel de cães da SPOL, conforme documentado no NUP 00100.122990/2025-74.

## **3. Forma de contratação**

### **3.1. Tipo de contratação**

**3.1.1.** A contratação deverá ser realizada por meio de licitação.

### **3.2. Modalidade de licitação**

**3.2.1.** Será adotada a modalidade pregão, em sua forma eletrônica, em razão de o objeto da presente contratação poder ser classificado como comum, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, consoante preceituam o art. 6º, incisos XIII e XLI; e art. 29 da Lei nº 14.133/2021.

**3.2.2.** Em que pese as compras, cujo valor não ultrapasse o montante de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), sejam dispensáveis do processo licitatório, conforme disposto no artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, este Órgão Técnico entende que a presente aquisição deve seguir o trâmite ordinário do pregão eletrônico, tendo em vista a ampliação de competitividade e a redução da concentração de





**SENADO FEDERAL**  
Secretaria de Polícia do Senado Federal

mercado. Vislumbra-se que a medida permita expressiva redução do valor contratado, promovendo maior vantajosidade.

### **3.3. Adoção do Sistema de Registro de Preços - SRP**

**3.3.1.** Será utilizado o Sistema de Registro de Preços na presente contratação.

**3.3.2.** O objeto da presente contratação consiste em itens de consumo perecíveis que não podem ser recebidos em parcela única, tanto pela dificuldade de manter um grande estoque em condições adequadas de conservação, como pelo risco de perda do material por decurso do prazo de validade.

**3.3.3.** Ainda, não é possível determinar antecipadamente a demanda com precisão, tendo em vista que o consumo pode sofrer alterações, em razão de debilidades de saúde e consequente necessidade de recuperação dos animais, da alta demanda do serviço em caso de eventos ou manifestações sucessivas que exijam a participação recorrente dos cães policiais, e outras situações que impactem na sua rotina alimentar.

**3.3.4.** A presente contratação, com adoção do Sistema de Registro de Preços, permitirá à Administração Pública contratar somente o quantitativo necessário para atender à real demanda, sem que haja desperdício de insumos para o Senado.

**3.3.5.** Cumpre informar que o SENADO será o único contratante para esta licitação, tendo em vista a peculiaridade da demanda que atende necessidades específicas da Secretaria de Polícia do Senado Federal.

### **3.4. Critério de julgamento da contratação**

**3.4.1.** Será adotado o critério de julgamento “menor preço”, sendo declarada vencedora do certame a proposta que, atendidas as especificações do edital, ofertar o menor preço para o objeto da licitação, nos termos do art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

**3.4.2.** O critério “menor preço” é o mais adequado em virtude de o objeto não apresentar complexidade técnica significativa para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, sendo considerada a melhor proposta aquela que possibilitar o menor dispêndio de recursos. Além disso, não







## SENADO FEDERAL

### Secretaria de Polícia do Senado Federal

existem preços tabelados para o objeto, nem será fixado o valor da contratação, não sendo cabível a aplicação do critério “maior desconto”.

### **3.5. Critério de adjudicação da contratação**

**3.5.1.** Será adotado o critério de adjudicação “global”, tendo em vista a existência dos seguintes fatores técnicos/econômicos que justificam o agrupamento dos itens em um único grupo:

**3.5.2.** Critérios econômicos: agrupando-se os itens 1, 2 e 3, oferece-se ao mercado a oportunidade de concorrer a um lote mais significativo, favorecendo a concorrência e promovendo maior atratividade aos possíveis fornecedores, uma vez que o custo global da contratação reduz e, conseqüentemente, mitiga-se a possibilidade de a licitação ser deserta. Isso porque a separação do objeto a ser contratado em itens prejudica a potencial economia de escala, já que cada compra se desdobra em um processo diferente e em quantidades menores, o que acarreta gastos logísticos proporcionalmente altos. Há de se considerar, ainda, o impacto nos custos de gestão contratual, tendo em vista que o objeto deixa de ser administrado sob uma única gestão e demanda que cada etapa seja realizada por meio de um procedimento apartado. Adende-se que o aumento dos encargos é embutido no valor do produto, o que pode inviabilizar propostas dentro do valor máximo aceitável, levando ao fracasso do certame.

**3.5.3.** Ressalta-se que, em que pese o parcelamento seja, em regra, obrigatório para todas as contratações do Senado Federal, a própria legislação o excepciona quando tecnicamente inviável ou economicamente desvantajoso, conforme disposto no artigo 40, inciso V, alínea ‘b’ e §3º, inciso I, da Lei 14.133/2021 e na Súmula 247 do Tribunal de Contas da União – TCU. Ademais, o parcelamento deve ser afastado quando demonstrado que os prejuízos decorrentes dele se sobrepõem aos benefícios que deveriam ser proporcionados, conforme entendimento disposto no Manual de Licitações e Contratos do TCU e Acórdão 2529/2021-TCU-Plenário.

**3.5.4.** Este Órgão Técnico entende, portanto, que a adoção do critério de adjudicação global na presente contratação não restringe a competitividade do processo licitatório indevidamente e, ainda, promove ganhos financeiros e operacionais para o Senado Federal.

### **3.6. Participação ou não de consórcios de empresas**

**3.6.1.** A participação de consórcios no certame que se originará do presente Termo de Referência não será permitida, em razão de a complexidade e o vulto do objeto não limitarem a participação de fornecedores aptos a executar o objeto. Os potenciais fornecedores, em sua maioria, dispõem de condições de participar isoladamente do certame e prestar a integralidade do objeto, não sendo o caso de permitir a junção de esforços de 2 (duas) ou mais empresas para a execução da contratação pretendida. Nesse caso, a possibilidade de participação de consórcios poderia limitar a competitividade







**SENADO FEDERAL**  
Secretaria de Polícia do Senado Federal

do certame, uma vez que se admitiria que empresas se associem e não disputem individualmente o objeto da licitação.

### **3.7. Tratamento diferenciado a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – ME/EPP**

**3.7.1.** Será o tratamento diferenciado previsto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

**3.7.2.** Não há óbice à aplicação do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, de tal sorte que, para os itens/grupos cujo valor estimado se encontre abaixo de R\$ 80.000,00, a licitação poderá ser exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte.

**3.7.3.** Adende-se que, em razão da natureza indivisível do objeto a ser adquirido, tendo em vista a adoção do critério “global” de adjudicação, não deverão ser estabelecidas as cotas do objeto, previstas no inciso III, do art. 48, da Lei Complementar nº 123/2006.

## **4. Requisitos do fornecedor**

### **4.1. Capacidade Técnica**

**4.1.1.** Não será exigida a comprovação de registro ou inscrição na entidade profissional competente, uma vez que o objeto do presente Termo de Referência não contempla a execução de atividades cujo exercício é exclusivo de determinada profissão, por força legal.

**4.1.2.** Não será obrigatória a apresentação de atestado de capacidade técnica pelas licitantes, porquanto o objeto da presente contratação não apresenta complexidade nem graus mais elevados de aperfeiçoamento que requeiram a comprovação de qualificação técnica pela licitante.

**4.1.3.** Não será exigida a prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial. Não há requisitos estabelecidos em lei especial que regulem a prestação do objeto e exijam a comprovação de capacidade específica por parte da licitante

### **4.2. Qualificação econômico-financeira**

**4.2.1.** Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

**4.2.2.** A exigência da Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial acima é razoável uma vez que visa demonstrar a aptidão da licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro ajuste,





**SENADO FEDERAL**  
Secretaria de Polícia do Senado Federal

atende o disposto nos artigos 69 e 70, III, da Lei 14.133/2021, e, ainda, está em conformidade com a minuta-padrão de edital para contratações com entrega imediata.

#### **4.3. Necessidade de apresentação de amostras**

**4.3.1.** Não Será necessária apresentação de amostra por parte da licitante vencedora.

### **5. Formalização, prazo de vigência do contrato e possibilidade de prorrogação**

#### **5.1. Formalização do ajuste**

**5.1.1.** A formalização do ajuste será feita por meio de Nota de Empenho, tendo em vista que a contratação será para compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, sem quaisquer obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, na forma do art. 95, II, da Lei nº 14.133/2021.

#### **5.2. Prazo de vigência e possibilidade de prorrogação do contrato ou ajuste**

**5.2.1.** A vigência da Ata de Registro de Preços proveniente deste TR será de 1 (um) ano contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), **podendo ser prorrogado por igual período**, desde que comprovado que o preço é vantajoso; ou até o término das quantidades registradas.

**5.2.2.** No caso de prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as quantidades registradas serão renovadas sem cumulação com quantitativos não utilizados no primeiro ano.

**5.2.3.** O presente objeto foi dimensionado a fim de atender demanda anual de itens que são consumidos de forma contínua. Desse modo, após o término da vigência ordinária de 12 (doze) meses, há a expectativa de que, mesmo diante de consumo significativo de saldo registrado, ainda subsistirá a demanda de aquisição desses itens. Nesse sentido, com o intuito de potencializar eventual economia de escala na ata a ser firmada no presente processo, entendemos conveniente possibilitar a prorrogação da avença com renovação do quantitativo registrado, desde que comprovada a vantajosidade dos preços.

**5.2.4.** Caso as partes não se interessem pela prorrogação da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias antes do término de sua vigência.

### **6. Modelo de gestão**

#### **6.1. Indicação dos gestores e fiscais do futuro ajuste**

**6.1.1.** Indica-se, conforme determina o art. 10, inciso I, Anexo III, do Ato da Diretoria-Geral nº 14 de 2022, como gestor da avença o titular do Serviço de Cinotecnia (SECINO), como gestor substituto o

Modelo de TR – Bens e Serviços (SRP ou não), Lei 14.133/21, versão 6, atualizada em 22/04/2024.





## SENADO FEDERAL

### Secretaria de Polícia do Senado Federal

titular do Serviço de Projetos Estratégicos (SEPROJE), como fiscal técnica a servidora Helena Gomes, matrícula 270092, e como fiscal técnica substituta a servidora Aline Sayuri Moritsugu Martins, matrícula 257166.

## 6.2. Forma de comunicação entre as partes

**6.2.1.** A comunicação entre o SENADO e o fornecedor beneficiário se dará por e-mail, através do endereço eletrônico [seproje@senado.leg.br](mailto:seproje@senado.leg.br), ou através do telefone (61)3303-2175.

## 7. Prazo para início da execução ou entrega do objeto

**7.1.** O prazo de entrega dos materiais solicitados pelo Senado ao fornecedor beneficiário é de no máximo 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento da nota de empenho que deverá estar acompanhada da ordem de fornecimento.

## 8. Obrigações do Fornecedor Beneficiário

**8.1.** São obrigações do Fornecedor Beneficiário, além de outras previstas no instrumento convocatório e seus anexos ou decorrentes da natureza do ajuste:

**8.1.1.** manter, durante a execução do ajuste, as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;

**8.1.2.** apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;

**8.1.3.** efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução do ajuste;

**8.1.4.** manter preposto para este ajuste que irá representá-la, sempre que for necessário.

**8.1.5.** responsabilizar-se por quaisquer danos causados ao SENADO ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, decorrentes da execução do instrumento contratual decorrente deste Termo de Referência;

**8.1.6.** não veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente Termo de Referência, salvo com autorização específica do SENADO;

**8.1.7.** não ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações do ajuste a terceiros.





## SENADO FEDERAL

### Secretaria de Polícia do Senado Federal

**8.2.** Aplicam-se ao instrumento contratual decorrente deste Termo de Referência as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

## **9. Regime de execução**

**9.1.** Os materiais deverão ser entregues na Secretaria de Polícia (SPOL), situado no subsolo do Anexo II, do Senado Federal, Praça Três Poderes, Brasília – DF, CEP 70.165-900, telefone (61)3303-4445, em dias úteis, durante o horário das 8h às 17h, acondicionados da seguinte forma, sob pena de não recebimento:

**9.1.1.** Embalagem de 20kg (vinte quilos), para ração seca;

**9.1.2.** Embalagem de 270g (duzentos e setenta gramas), para alimento úmido;

**9.1.3.** Embalagem de 250g (duzentos e cinquenta gramas), para biscoitos;

**9.1.4.** As embalagens serão constituídas de saco plástico de polietileno, opaco, resistente, hermeticamente fechado e com foto protetor, tudo em conformidade com as disposições legais exigidas pelo Ministério da Agricultura e Pecuária;

**9.1.5.** Não serão aceitas embalagens com rótulos adesivos removíveis ou grampeados;

**9.1.6.** Não serão aceitas embalagens que apresentem informações rasuradas ou manchadas decorrentes do transporte/armazenamento;

**9.1.7.** A embalagem do produto e sua rotulagem devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em português sobre suas características, qualidades, quantidade, composição,





## SENADO FEDERAL

### Secretaria de Polícia do Senado Federal

níveis de garantia, prazo de validade e origem, sobre possíveis riscos de danos à saúde animal e à saúde humana;

**9.1.8.** A embalagem tem que apresentar, impresso, o rótulo do produto, contendo, obrigatoriamente, as seguintes informações: classificação do produto, nome do produto, marca comercial, composição básica, conteúdo ou peso líquido, tabela e referência nutricional, indicação de uso, espécie(s) e categoria(s) de animal(is) a que se destina, modo de usar, cuidados, restrições, precauções, contraindicações, incompatibilidades, a expressão “Produto isento de Registro no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento”, Identificação completa do Fabricante, Fracionador ou importador e o telefone de atendimento ao consumidor, a expressão “Indústria Brasileira” (quando fabricado no Brasil) ou a identificação do país de origem (no caso de produto importado) e a expressão “Produto Importado”, data da fabricação (dia, mês e ano), prazo de consumo, identificação do lote (numeração sequencial), condições de conservação, dentre outras exigências contidas no art. 9º da IN/MAPA/Nº30/2009.

**9.2.** O fornecedor beneficiário fornecerá o(s) produto(s) conforme a(s) marca(s) e especificação(ões) discriminada(s) em sua proposta.

**9.3.** As ordens de fornecimento indicarão detalhadamente: local de entrega, prazo, órgão requisitante, especificações, quantidade e todas as informações que se fizerem pertinentes.

**9.4.** O prazo de validade do material deverá ser de, no mínimo 8 (oito) meses, a contar do recebimento definitivo do objeto.

**9.5.** Constatadas irregularidades no material entregue, o SENADO poderá:

**9.5.1.** Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição, sem prejuízo das penalidades cabíveis, manifestando-se o gestor motivadamente sobre o assunto, cabendo ao fornecedor beneficiário providenciar a substituição em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da notificação por escrito;

**9.5.2.** Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação, devendo ao fornecedor beneficiário fazê-lo em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da notificação por escrito, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

**9.6.** Ao Senado não caberá qualquer ônus pela rejeição de materiais considerados inadequados pelo gestor.

**9.7.** Caberá ao fornecedor beneficiário o recolhimento de materiais por ele fornecidos e considerados inadequados pelo gestor.





**SENADO FEDERAL**  
Secretaria de Polícia do Senado Federal

**9.8.** Independentemente da aceitação, o fornecedor beneficiário garantirá a qualidade do produto fornecido pelo prazo estabelecido na respectiva garantia, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da notificação do gestor

## **10. Condições de recebimento do objeto**

**10.1.** Efetivada a entrega, o objeto será recebido:

**10.1.1 provisoriamente**, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais; e

**10.1.1. definitivamente**, pelo gestor do contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, mediante termo hábil, após verificação do relatório detalhado e da documentação apresentada pelos fiscais do contrato.

## **11. Previsão de penalidade por descumprimento contratual**

**11.1.** O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

**11.1.1.** 5% (cinco por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

**11.1.2.** 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do dia 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto);

**11.1.3.** 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) por dia de atraso, a partir do dia 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo).

**11.2.** As demais hipóteses e condições de sanção deverão seguir as disposições da minuta-padrão de edital.

## **12. Previsão de adoção de Instrumento de Medição de Resultado – IMR**

**12.1.** Não há previsão de Instrumento de Medição de Resultado (IMR), por não ser necessário definir os níveis esperados de qualidade na prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.

## **13. Forma de pagamento**

**13.1.** O pagamento efetuar-se-á por intermédio de depósito em conta bancária da Contratada, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal/fatura discriminada, em 2 (duas)





**SENADO FEDERAL**  
Secretaria de Polícia do Senado Federal

vias, acompanhada da nota de empenho, se for o caso, condicionado ao termo detalhado de recebimento definitivo do objeto e à apresentação da garantia contratual, quando exigida.

## **14. Condições de reajuste**

**14.1.** O preço poderá ser reajustado no prazo de 12 meses a partir da data de celebração do ajuste.

**14.2.** O índice de reajuste a ser adotado deverá ser O Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC.

## **15. Garantia contratual**

**15.1.** Não se exigirá garantia contratual, devido à adoção do Sistema de Registro de Preços, bem como em razão de o prazo do fornecimento/prestação ser inferior a 30 (trinta) dias corridos ou não haver previsão de obrigações futuras a serem adimplidas, dispensando-se a elaboração de minuta contratual, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021”.

## **16. Plano de contratações**

**16.1.** Esta contratação foi aprovada pelo Comitê de Contratações do Senado Federal e encontra-se prevista no item “Aquisição de ração para o plantel de cães da SPOL” – 20260110.

## **17. Responsável pela elaboração do TR**

(Assinado eletronicamente)

**Ingrid Gaspar Carvalho da Silva Nascimento**

*Serviço de Projetos Estratégicos*

De acordo.

(Assinado eletronicamente)

**Aline Sayuri Moritsugu Martins**

*Serviço de Projetos Estratégicos*

De acordo.

(Assinado eletronicamente)

**Helena Gomes**

*Serviço de Cinotecnia*







SENADO FEDERAL  
Secretaria de Polícia do Senado Federal

De acordo.

(Assinado eletronicamente)

**Gilvan Viana Xavier**

*Diretor da Secretaria de Polícia – Em exercício*





**SENADO FEDERAL**  
Secretaria de Polícia do Senado Federal

## **ANEXO I**

### **1. Especificações técnicas do objeto**

**1.1.** Os itens deverão atender aos seguintes requisitos:

Item	Quantidade	Unidade de medida	Especificações	CATMAT / CATSER
1	900	quilos	<p><b><u>Ração seca para cães adultos – Referência:</u></b> <b><u>Formula Natural Professional Caes Alta Performance ou similar</u></b></p> <p>I- Níveis de garantia: umidade (Máx) 9,0%, proteína bruta (mín) 32,0%, extrato etéreo (mín) 22,0%, matéria fibrosa (máx) 3,0%, matéria mineral (máx) 8,0%, cálcio (máx) 1,8%, cálcio (mín) 0,9%, fósforo (mín) 0,7%, sódio (mín) 2.000mg/kg, mananoigossacarídeos (mín) 340mg/kg, frutooligossacarídeos (mín) 300mg/kg, inulina (mín) 140mg/kg, ômega 6 (ácido linoleico) (mín) 25g/kg, ômega 3 (ácido linolênico) (mín) 3.500mg, EPA + DHA (mín) 200mg/kg, energia metabolizável (calculado conforme NRC 2006) 4.400kcal/kg</p> <p>II- Enriquecimento mínimo por kg do produto: vitamina A 20.000UI, vitamina D3: 1.125UI, vitamina E: 125UI, vitamina K: 0,12mg, vitamina B1: 3,25mg, vitamina B2: 7,5mg, vitamina B6: 2,0mg, vitamina B12: 45mcg, biotina: 0,07mg, vitamina C: 75,0mg, ácido fólico: 0,37mg, ácido pantotênico: 17,5mg, niacina: 18,7mg, colina: 2.000mg, ferro: 50,0mg, cobre: 7,0mg, iodo: 1,0mg, manganês: 3,75mg, zinco: 92,5mg, zinco quelado: 45,0mg, selênio: 0,37mg, selênio complexado: 0,15mg, proteinato de manganês: 10,0mg.</p>	454130





**SENADO FEDERAL**  
Secretaria de Polícia do Senado Federal

Item	Quantidade	Unidade de medida	Especificações	CATMAT / CATSER
			<p>III- O alimento não deverá conter conservantes sintéticos BHT e BHA.</p> <p>IV- O alimento não deverá conter milho.</p> <p>V- O alimento não deverá conter soja.</p> <p>VI- Deverá apresentar laudo de digestibilidade in vivo ou in vitro (laudo técnico do teste).</p> <p>VII- Deverá ser disponibilizado em sacos de 20kg</p>	
2	27	quilos	<p><b><u>Alimento úmido para cães adultos – Referência: Fórmula Natural Vet Care Recuperação ou similar</u></b></p> <p>I- Níveis de garantia: matéria mineral máximo 20g/kg; mananoligossacarídeo mínimo 50mg/kg; inulina mínimo 20mg/kg; cálcio mínimo 2.000mg/kg máximo 3.000mg/kg; extrato etéreo mínimo 95g/kg; energia metabolizável mínimo 1300 kcal/kg; potássio mínimo 2.000 mg/kg; proteína bruta mínimo 110g/kg; matéria fibrosa máximo 5000 mg/kg; fósforo mínimo 1700 mg/kg; umidade mínima 730 g/kg; ômega 3 mínimo 1000mg/kg; sódio mínimo 1200 mg/kg; ômega 6 mínimo 7000 mg/kg; frutooligossacarídeos mínimo 50 mg/kg.</p> <p>II- Níveis de enriquecimento: selênio mínimo 0,13 mg/kg; iodo mínimo 0,6mg/kg; zinco mínimo 75 mg/kg; manganês mínimo 5,25 mg/kg; cobre mínimo 2,8 mg/kg; ferro mínimo 20 mg/kg; colina mínimo 600 mg/kg; biotina mínimo 0,07 mg/kg; ácido fólico mínimo 0,22 mg/kg; niacina mínimo 12 mg/kg; vitamina C mínimo 60 mg/kg; vitamina B12 mínimo 37,5 ug/kg; vitamina B6 mínimo 1,5 mg/kg; vitamina B5 mínimo 9 mg/kg; vitamina B2 mínimo 4 mg/kg; vitamina B1 mínimo 2,25</p>	454123





**SENADO FEDERAL**  
Secretaria de Polícia do Senado Federal

Item	Quantidade	Unidade de medida	Especificações	CATMAT / CATSER
			<p>mg/kg; vitamina K3 mínimo 0,05 mg/kg; vitamina E mínimo 250 UI/KG; vitamina D3 mínimo 380 UI/kg; vitamina A mínimo 9500 UI/kg.</p> <p>III- Livre de corantes e transgênicos.</p> <p>IV- Não deverá conter conservantes sintéticos BHT e BHA.</p> <p>V- Não deverá conter cereais.</p> <p>VI - Deverá ser disponibilizado em sacos de 270g</p>	
3	30	quilos	<p><b><u>Biscoito para cães adultos – Referência: Fórmula Natural Dog Biscuits Cães Adultos ou similar</u></b></p> <p>I- Níveis de garantia: umidade 120g/kg; proteína bruta 110g/kg; extrato etéreo 50g/kg; matéria fibrosa 30g/kg; matéria mineral 30g/kg; cálcio máximo 10g/kg; cálcio mínimo 2.000mg/kg; fósforo 2.000mg/kg; sódio 1.000mg/kg; mananoligossacarídeos mínimo 200mg/kg; inulina 100mg/kg; ômega 6 (ácido linoleico) mínimo 1.500mg/kg; ômega 3 (ácido linolênico) mínimo 500mg/kg; energia metabolizável mínimo 3.274 kcal/kg</p> <p>II- Enriquecimento mínimo: vitamina A 16.000UI; vitamina D3 900UI; vitamina E 100UI; vitamina K3 0,10mg; vitamina B1 2,60mg; vitamina B2 6,00mg; vitamina B5 14,00mg; vitamina B6 1,60mg; vitamina B12 36,00mcg; vitamina C 60,00mg; niacina 15,00mg; ácido fólico 0,30mg; biotina 0,06mg; colina 600,00mg; ferro 40,00mg; cobre 5,60mg; manganês 13,00mg; zinco 119,00mg; iodo 0,85mg; selênio 0,45mg.</p>	311067





**SENADO FEDERAL**  
Secretaria de Polícia do Senado Federal

Item	Quantidade	Unidade de medida	Especificações	CATMAT / CATSER
			III- Não deverá conter transgênicos. IV- Não deverá conter conservantes sintéticos BHT e BHA. V- Deverá ser disponibilizado em sacos de 250g.	

## 1.2. Exigência de laudo de digestibilidade

**1.2.1.** Os cães empregados em atividades de serviço e policiamento desempenham funções que exigem elevado nível de desempenho físico e cognitivo. Para que essas demandas sejam atendidas de forma adequada e sustentável, é essencial que a alimentação fornecida apresente elevado valor nutricional e alta digestibilidade, garantindo a absorção eficiente dos nutrientes e a manutenção da saúde e vitalidade dos animais.

**1.2.2.** A digestibilidade de um alimento corresponde à proporção dos nutrientes efetivamente absorvidos e aproveitados pelo organismo em relação à quantidade ingerida. Alimentos com baixa digestibilidade resultam em menor aproveitamento proteico, maior volume fecal, sobrecarga do sistema digestivo e consequente queda no desempenho funcional e imunológico dos cães de trabalho.

**1.2.3.** Dessa forma, a exigência de apresentação de laudo de digestibilidade constitui um critério técnico inovador, destinado a assegurar a qualidade nutricional efetiva da ração a ser adquirida. O referido laudo comprova, por metodologia científica, que os nutrientes declarados pelo fabricante — proteínas, gorduras, fibras, vitaminas e minerais — são efetivamente absorvidos e aproveitados pelo organismo animal.

**1.2.4.** Para garantir a ampla participação de fornecedores e o respeito ao princípio da competitividade, o laudo de digestibilidade poderá ser apresentado em duas modalidades de análise científica reconhecidas:

**1.2.4.1.** “In vivo”, quando o ensaio é realizado com animais, medindo diretamente a absorção e o aproveitamento dos nutrientes após o consumo do alimento; podendo ser realizado por técnico da própria fabricante; sendo aceito o mínimo de 80% de digestibilidade;

**1.2.4.2.** “In vitro”, quando o ensaio é conduzido em ambiente laboratorial controlado, simulando as condições digestivas e permitindo aferição equivalente da capacidade de digestão e absorção dos nutrientes; sendo aceito o mínimo de 80% de digestibilidade;





## SENADO FEDERAL

### Secretaria de Polícia do Senado Federal

**1.2.5.** Ambas as metodologias são tecnicamente aceitas e reconhecidas por entidades de pesquisa e controle de qualidade de alimentos para animais, assegurando confiabilidade e rigor científico ao resultado apresentado.

**1.2.6.** A adoção desse critério traz diversos benefícios técnicos e administrativos, tais como:

**1.2.6.1.** Garantia de qualidade nutricional real, evitando produtos de baixa eficiência;

**1.2.6.2.** Redução de desperdícios, uma vez que alimentos com maior aproveitamento energético exigem menor consumo diário;

**1.2.6.3.** Melhora da saúde e desempenho dos cães, com reflexos positivos em sua disposição, resistência e recuperação após as atividades;

**1.2.6.4.** Transparência e rastreabilidade do processo de aquisição\* por meio de parâmetros objetivos e mensuráveis.

**1.2.7.** Cabe ressaltar que outros órgãos públicos que realizam aquisições de rações para cães de serviço já adotaram a exigência do laudo de digestibilidade em seus certames, como a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (ARP nº 0016/2025/510100-01), a Polícia Militar de Santa Catarina (Edital de Pregão Eletrônico nº 274/2024) e a Polícia Civil de Santa Catarina (Processo SGPe PCSC 6848/2024).

**1.2.8.** A adoção desse requisito demonstra que o setor está atento às novas exigências e boas práticas implementadas por instituições congêneres, reforçando o compromisso com a eficiência, a economicidade e a qualidade técnica das contratações públicas.

**1.2.9.** Assim, a exigência do laudo de digestibilidade contribui para o aprimoramento dos processos licitatórios e para a aquisição de produtos que assegurem melhor desempenho operacional, saúde e bem-estar dos cães de trabalho.

### **1.3. Remissão a marcas de referência**

**1.3.1.** A remissão a marcas específicas para os itens acima se deve em razão de a descrição do objeto a ser licitado poder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado produto aptos a servir apenas como referência. A composição de cada item inclui proteínas, vitaminas e minerais essenciais à nutrição e à saúde dos animais, em proporções consideradas ideais pelos profissionais técnicos de seus fabricantes, que devem estar presentes nos





SENADO FEDERAL  
Secretaria de Polícia do Senado Federal

respectivos produtos a serem ofertados. A fim de não restringir a concorrência, serão aceitos itens de qualquer marca com composição similar.

## 2. Critérios e práticas de sustentabilidade

**2.1.** Tendo em vista a natureza do objeto do presente Termo de Referência, não é aplicável a exigência de critérios e práticas de sustentabilidade.







**SENADO FEDERAL**  
Secretaria de Polícia do Senado Federal

## **ANEXO II**

### **1. Valor estimado da contratação**

Item	Unidade	Quantidade	Descrição resumida	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
1	Quilograma	900	Ração seca para cães adultos	26,50	23.850,00
2	Quilograma	27	Alimento úmido para cães adultos	139,85	3.775,95
3	Quilograma	30	Biscoito para cães adultos	92,00	2.760,00

VALOR TOTAL ESTIMADO	30.385,95
----------------------	-----------

### **2. Pesquisa de preços**

**2.1.** Para o item 2 (alimento úmido para cães), uma das fontes de preço utilizadas foi o Contrato 34/2025/CBM. Cumpre esclarecer que o valor descrito no instrumento contratual de R\$27,27 (vinte e sete reais e vinte e sete centavos) corresponde à embalagem de 195g. Sendo certo que a precificação realizada por este Órgão Técnico considera outra unidade de medida, qual seja quilograma, o valor utilizado na pesquisa de preço não foi o nominalmente previsto no referido contrato, e sim aquele obtido após recálculo de conversão para a mensuração da quantidade em quilos.

**2.2.** Evidencia-se, ainda, alteração significativa dos valores estimados para os itens 2 e 3, quando em comparação à última contratação realizada pela SPOL. Esse aumento se justifica em razão das especificações pretendidas, que garantem melhor perfil nutricional, quando comparado ao adquirido anteriormente.

**2.2.1.** A alimentação adequada dos cães de trabalho é um fator determinante para a manutenção de sua saúde, desempenho físico e longevidade funcional. O plantel sob responsabilidade do SECINO é composto por animais de raças específicas, como Pastor Alemão e Pastor Belga de Malinois, com alta exigência metabólica e predisposição a determinadas condições ortopédicas. Por essa razão, torna-se





## SENADO FEDERAL

### Secretaria de Polícia do Senado Federal

imprescindível a constante atualização dos insumos alimentares utilizados, a fim de garantir o atendimento às necessidades nutricionais específicas desses animais.

**2.2.2.** Diante disso, a presente solicitação tem como finalidade a aquisição de dois produtos com formulações nutricionais atualizadas: alimento úmido coadjuvante e biscoitos caninos de alta qualidade, ambos com características superiores aos produtos atualmente utilizados.

**2.2.3.** O alimento úmido que se pretende adquirir possui suporte clínico superior, uma vez que apresenta avanços nutricionais relevantes em relação ao produto anterior, oferecendo uma composição mais eficiente para cães em recuperação de enfermidades ou em estado clínico delicado. Entre os principais diferenciais, destacam-se os seguintes:

**2.2.3.1.** Maior densidade energética (1300 kcal/kg), garantindo aporte calórico adequado mesmo em animais com apetite reduzido;

**2.2.3.2.** Teor superior de proteína bruta (110 g/kg), essencial para manutenção e recuperação da massa muscular;

**2.2.3.3.** Presença de prebióticos (MOS e FOS), que favorecem a saúde intestinal e a absorção de nutrientes;

**2.2.3.4.** Presença de ácidos graxos essenciais ômega 3 e 6, com ação anti-inflamatória, imunológica, articular, dermatológica e cognitiva;

**2.2.3.5.** Complexo vitamínico ampliado (A, B5, B12, C, K3), promovendo melhor resposta imunológica, neuromuscular, metabólica e óssea;

**2.2.3.6.** Extratos vegetais funcionais (alecrim, chá verde, hortelã, yucca), com propriedades antioxidantes, digestivas e calmantes;

**2.2.3.7.** L-carnitina, que favorece o desempenho físico e auxilia na prevenção de doenças cardiovasculares.

**2.2.4.** Tais aprimoramentos tornam o novo produto mais adequado às demandas clínicas dos cães policiais, favorecendo a recuperação eficiente e o retorno precoce às atividades operacionais.

**2.2.5.** Paralelamente, justifica-se a aquisição de biscoitos caninos com especificações nutricionais superiores, que servem como complemento alimentar funcional e ferramenta estratégica de reforço positivo no treinamento dos cães de trabalho. O biscoito descrito no presente Termo de Referência apresenta as seguintes vantagens em relação ao produto anteriormente adquirido:

**2.2.5.1.** Maior palatabilidade, devido à utilização de ingredientes de alta qualidade, como banana, quinoa, abóbora e, principalmente, proteínas selecionadas. Isso torna o biscoito uma recompensa de alto valor, o que impacta diretamente no rendimento das sessões de treinamento;





## SENADO FEDERAL

### Secretaria de Polícia do Senado Federal

**2.2.5.2.** Melhor digestibilidade, com adição de colágeno, que atua na saúde articular, cutânea e digestiva;

**2.2.5.3.** Enriquecimento vitamínico amplo, com destaque para a condroitina, fundamental para proteção das articulações — especialmente relevante em raças predispostas a disfunções ortopédicas, como as utilizadas pelo serviço;

**2.2.5.4.** Presença de antioxidantes naturais (chá verde, hortelã, alecrim e tocoferol), que promovem fortalecimento imunológico e redução de inflamações;

**2.2.5.5.** Isenção de corantes e aromatizantes artificiais, minimizando o risco de reações alérgicas e exposição a substâncias potencialmente tóxicas.

**2.2.6.** Além de sua função nutricional, os biscoitos são uma ferramenta de reforço comportamental indispensável, uma vez que um produto de maior palatabilidade é mais eficaz como incentivo durante treinamentos operacionais, aumentando o engajamento do animal e, por consequência, a eficiência das atividades desempenhadas.

**2.2.7.** Tanto o alimento úmido quanto os biscoitos formulados com as novas especificações foram lançados posteriormente à aquisição dos produtos atualmente em uso, razão pela qual não foram contemplados anteriormente. Embora os itens atualmente fornecidos sejam considerados satisfatórios, os avanços técnicos e nutricionais apresentados pelos novos produtos permitem uma significativa otimização da dieta dos cães policiais, contribuindo diretamente para a melhoria do desempenho físico, da saúde geral e da prontidão operacional.

**2.2.8.** A adoção desses novos insumos reforça o compromisso institucional com o bem-estar dos cães de trabalho, garantindo que recebam suporte nutricional compatível com as exigências físicas e funcionais de suas atividades, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e melhoria contínua da gestão pública.

